



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

29/12/2015



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. SEGURANÇA.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2
2.2. DECISÕES.....	3
2.3. OUVIDORIA.....	4
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	5
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. JUÍZES.....	6
4.2. PLANTÃO NO TJMA.....	7
4.3. SEGURANÇA.....	8 - 9

Presidente do TJMA trata sobre segurança com o comando-geral da PM



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, recebeu, na quarta-feira (23), a visita do comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel Marco Antônio Alves, e do subcomandante-geral e comandante do Centro Tático Aéreo (CTA), coronel Ismael de Sousa Fonseca.

Aos dois representantes da corporação, o presidente afirmou que o Judiciário está à disposição para parceria de trabalho em prol da população. "A situação de violência é muito grave e temos que estar juntos para preveni-la e combatê-la", disse o desembargador.

O comandante-geral ressaltou a importância do Judiciário estar atento às questões da segurança pública. "O seu olhar, presidente, é um olhar especial e é o nosso olhar. O Tribunal sempre foi um parceiro da Polícia Militar e a corporação continuará à disposição da Justiça, tanto em situações normais como nas

excepcionais", declarou o coronel Alves.

Para Cleones Cunha, é urgente a adoção de medidas de profilaxia criminal com foco na raiz causadora da violência, que causa medo e insegurança. "Respeitando e fazendo respeitar a independência e harmonia entre os poderes, uno-me aos demais chefes dos poderes do Estado para que, em conjunto, e dentro dos limites constitucionais impostos a cada poder, busquemos com afincamento a tão almejada segurança pública, substanciada na contínua atividade de vigilância, prevenção e repressão de condutas delituosas", destacou.

Durante o encontro também foi tratado sobre a situação dos oficiais lotados no Judiciário, reforçando a segurança das unidades judiciais de 1º e 2º graus nas diversas comarcas do Estado.

Também participou da reunião o diretor de Segurança Institucional do TJMA, Major Alexandre Magno.

Assembleia termina 2015 com 97 leis aprovadas

Relatório é da Secretaria Geral da Mesa Diretora, que catalogou dados de proposições apresentadas durante o primeiro ano da atual legislatura

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou 97 de um total de 246 Projetos de Lei apresentados no plenário da Casa em 2015. Os dados são da Secretaria Geral da Mesa Diretora do legislativo. De acordo com o presidente da Assembleia, Humberto Coutinho (PDT), o saldo é positivo.

O relatório da secretaria mostra que foram deferidas, de fevereiro a dezembro deste ano, 1.292 indicações. Destas, 14 foram Moções; 13 propostas de Emenda à Constituição e dois Projetos de Lei Complementar.

Dos 246 Projetos de Lei apresentados, 112 ficaram pendentes para 2016, quando serão retomadas as atividades no legislativo.

Sete projetos de Decreto Legislativo foram aprovados. Outros 47 Projetos de Resolução foram apresentados e 796 requerimentos foram apresentados. Destes, 388 foram aprovados, quatro re-



Flora Dolores

Sob o comando de Humberto Coutinho, Assembleia faz balanço de 2015

BALANÇO

Mais de duas mil propostas apreciadas

No total, a Assembleia Legislativa aprovou 246 Projetos de Lei em 2015 e outras 97 Leis foram criadas pelo Legislativo estadual; um total de 1.292 indicações foi

apresentado no Legislativo e 796 Requerimentos foram apresentados. Outras 103 proposições do Poder Executivo também foram apreciadas pelos deputados estaduais em 2015.

jeitados e 381 deferidos. Outros 12 acabaram indeferidos e 11 retirados de pauta.

Além das proposições analisadas pelos deputados estaduais de cada um dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), bem como do Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado, o relatório também contém informações da quantidade de sessões legislativas (ordinárias e extraordinárias) realizadas no período.

Pauta limpa

Das 103 proposições oriundas do Poder Executivo, todas foram aprovadas. Destas, 73 são Projetos de Lei, dois Projetos de Lei Complementar e 28 Medidas Provisórias. Os deputados também aprovaram todos os três Projetos de Lei Complementar que vieram do Poder Judiciário.

Do mesmo modo, o Ministério Público e Defensoria Pública tiveram seus Projetos de Lei Complementar aprovados pela Casa. Foi um de cada. O Tribunal de Contas do Estado apresentou dois PLs e também registrou a aprovação de dois.

A Diretoria Legislativa também apresentou relatório de suas atividades, realizadas no período de 2 de fevereiro a 22 de dezembro: encaminhamentos das proposições e atividades das Comissões Técnicas Permanentes e Temporárias. ●

Município terá de indenizar feirante por dano moral

Mercadinho foi demolido pela Prefeitura antes de notificar os usuários que tinham boxes

Divulgação



O juiz Luiz Gonzaga Filho condenou a Prefeitura a pagar indenização

AÇAILÂNDIA

A prefeitura de Açailândia foi condenada a indenizar em 10 salários mínimos, por danos morais, a uma feirante pela retirada do seu box de venda e demolição do prédio onde funcionava o mercadinho, localizado no centro da cidade.

A decisão é da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve a sentença da Justiça de 1º Grau. De acordo com a ação, o imóvel estava locado há mais de 15 anos e era de propriedade particular.

“Ficou comprovada a determinação da desocupação do prédio antes do imóvel estar registrado em nome da Prefeitura”

LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO
Juiz relator do processo

O Município demoliu o mercadinho antes mesmo de notificar os feirantes que possuíam boxes de vendas no local.

Em recurso interposto no TJMA, a Prefeitura de Açailândia solicitou reforma da sentença inicial quanto aos danos morais destinados aos feirantes e alegou que o mercadinho era de propriedade do Município, sendo ilegítimo o contrato de locação com um particular.

Argumentou também que os feirantes teriam assinado termo de compromisso para desocupar a área, em abril de 2006, mas não cumpriram o acordado, tendo a Prefeitura enviado notificação para desocupação da área em novembro daquele ano.

Sentença

O relator do processo, juiz Luiz Gonzaga Almeida Filho (substituto do 2º grau), confirmou a sentença de primeira instância e destacou que ficou comprovada, a determinação da desocupação do pré-

**Decisão é da
4ª Câmara Cível
do TJMA**

**Comerciantes
estavam há anos
no mercadinho**

dio antes do imóvel estar registrado em nome da Prefeitura de Açailândia. O registro só teria ocorrido em dezembro de 2008.

“A autoridade municipal infringiu princípios administrativos, pois ainda que a área objeto da demolição pertencesse ao ente público, não poderia proceder à derubada do imóvel, onde diversas pessoas exerciam suas atividades comerciais há bastante tempo. No mínimo, deveria ter procurado as vias judiciais, por meio de ação possessória, ou as medidas administrativas oportunas”, afirmou o magistrado. Os demais membros do órgão colegiado acompanharam o voto do relator. ●

Ouvidoria do Judiciário

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão registrou 9.253 atendimentos nos últimos dois anos. Um aumento de quase 50% em relação ao biênio anterior. De acordo com o relatório do órgão, a Internet continua sendo o meio mais utilizado pelos usuários para solicitar informações e esclarecer dúvidas, com 5.370 acessos, sendo 44,29% realizados por formulário eletrônico e 6,83% por e-mail ou pelo link “Fale Conosco”, disponíveis no Portal do Judiciário.

Mege

Uma trajetória de sucesso sempre começa com esforço e boa vontade. E ela começa com Arnaldo Bruno de Oliveira, filho da professora e diretora do Sine em Imperatriz, Maria de Lourdes Pereira da Silva, filho de Imperatriz, foi aluno da Escola Santa Teresinha, sempre se destacando nos estudos e no esporte pelo futsal e tênis de mesa. Bruno cresceu e foi para a UFMA - Universidade Federal do Maranhão, onde cursou Direito, replicando o destaque na escola. Tornou-se Oficial de Justiça pelo Tribunal de Justiça do Maranhão e continuou a estudar, a incentivar os amigos próximos. O futuro bem sucedido estava na dedicação ao estudo para concursos públicos. E não é que estava certo?

Jovem e sempre interligado nas mídias sociais, criou um grupo de estudo no facebook voltado para a preparação de candidatos que prestavam concursos para a magistratura estadual – intitulado “Magistratura Estadual (Grupo de Estudo)”. A página, em curto tempo, tornou-se a maior do país no segmento com, atualmente, 33.000 membros (até 18/09/2015).

A ideia de fazer a diferença no meio jurídico permaneceu viva a todo momento em um trabalho apoiado por uma massa espalhada por todos os cantos do país, que logo reconheceu o

valor do que era desenvolvido, o que culminou na criação do Curso Mege.

O Curso Mege adota um modelo completamente inovador de ensino jurídico, em que procura individualizar sua atuação para cada candidato, com atuações em fases e concursos específicos – com a mentalidade de personalizar o estudo através de treinamentos, suporte, envio de materiais inéditos, videoconferências para aulas expositivas coletivas, videoconferências individuais (professor e aluno) para correções de atividades, planejamento de estudo e desempenho de atividades voltadas para a realidade de cada desafio. Um modelo completamente inovador e que já é recordista de aprovações em 2015.

Atualmente, Bruno e seus parceiros avançam ainda mais. Depois de Imperatriz, o Mege em breve inaugura em Fortaleza-CE mais uma unidade de ensino.

Uma ideia que iniciou de uma ação voluntária de solidariedade hoje tornou-se um sonho, tornou-se realidade, tornou-se e vem tornando a vida de muitos concurseiros também em sucesso.

De Imperatriz, Bruno e o Mege avançam além das telas do computador.

Tereza Eugênia



Centro de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública - CECGP - uma Usina em construção

A cada novo evento, o Cecgp vai se consolidando como o ponto de convergência daqueles que elegeram o Direito como meta de vida, como ocorreu na tarde de segunda-feira, 21 de dezembro, quando o promotor de justiça Marco Aurélio Batista Barros explorou o tema de matéria publicada na revista Juris (outro instrumento de aperfeiçoamento do Cecgp), "O IPTU e a progressividade fiscal", debatendo com outros nomes de valor da área, entre juizes, desembargadores, professores, promotores e estudantes de graduação e mestrado. Em parceria com a Universidade Portucalense, o Cecgp está oferecendo a Especialização em Ciência Jurídico-Políticas, conducente ao Mestrado, com as aulas programadas para iniciarem logo depois do carnaval, em meados de fevereiro, e com as matrículas em fase de finalização.

Dimas Salustiano, Rafael Costa, Marcelo Araújo, Sergio Tamer, João Batista Ericeira, Moreira Serra e Marco Aurélio Batista Barros (no detalhe, Sergio Victor Tamer com exemplar da última edição da revista Juris)



Sergio Victor Tamer e Silvânia, pelo Cecgp, e Dimas Saulistiano, pela Unisulma-Imperatriz, com convidados especiais do evento



Andressa Costa, Sofiani Labidi e Marcelo Araújo



A seleta platéia participando ativamente dos debates



Marco Aurélio Batista Bastos em conferência



Com a palavra, James Magno Araújo Farias



Estudantes do Direito - graduação, especialização e mestrado



A opinião de Valmir Moreira Serra



Aparte do jurista João Batista Ericeira

Vice-Presidente do TJMA assume plantão

A vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Maria das Graças Duarte Mendes, é a plantonista da Justiça de 2º grau até domingo (3). Os oficiais de justiça de plantão são Beth Bonifácio, Roberto Carvalho, além dos servidores Aluísio Alves Júnior e José de Jesus Costa, que podem ser encontrados pelo telefone disponibilizado para o plantão judiciário: (98) 98815-8344. No plantão de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros. O serviço funciona das 18h às 8h, em dias úteis. Nos sábados, domingos e feriados, inclusive os de ponto facultativo, inicia-se às 18h do último dia útil anterior e se estende até às 8h do primeiro dia útil subsequente.

Presidente do TJMA trata sobre segurança com o comando-geral da PM

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, recebeu, na última semana, a visita do comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel Marco Antônio Alves, e do subcomandante-geral e comandante do Centro Tático Aéreo (CTA), coronel Ismael de Sousa Fonseca.

Aos dois representantes da corporação, o presidente afirmou que o Judiciário está à disposição para parceria de trabalho em prol da população. “A situação de violência é muito grave e temos que estar juntos para preveni-la e combatê-la”, disse o desembargador.

O comandante-geral ressaltou a importância do Judiciário estar atento às questões da segurança pública. “O Tribunal sempre foi um parceiro da Polícia Militar e a corporação continuará à disposição da Justiça, tanto em situações normais como nas excepcionais”, declarou o coronel Alves.

Para Cleones Cunha, é urgente a adoção de medidas de profilaxia criminal com foco na raiz causadora da violência, que causa medo e insegurança.

Durante o encontro também foi tratado sobre a situação dos oficiais lotados no Judiciário, reforçando a segurança das unidades judiciais de 1º e 2º graus nas diversas comarcas do Estado.



“Respeitando e fazendo respeitar a independência e harmonia entre os poderes, uno-me aos demais chefes dos poderes do Estado para que, em conjunto, e dentro dos limites constitucionais impostos a cada poder, busquemos com afincos a tão almejada segurança pública, consubstanciada na contínua atividade de vigilância, prevenção e repressão de condutas delituosas”, destacou o novo presidente do TJ-MA, Desembargador Cleones Cunha